

Governo tem mais dinheiro para gastar

por Claudia Safatle
de Brasília

"O País está saindo de um ciclo depressivo para uma recuperação." Essa afirmação, feita ontem pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, calcada em estudos do economista Cláudio Contador — como ele próprio citou —, confirma a impressão dos demais assessores da equipe econômica do governo: está sendo possível evitar a contaminação da economia pela crise que vem da área política.

O ministro estava seguro disso, ontem: "A economia está funcionando a pleno vapor. Ela mostrou uma maturidade muito grande". Isso, contudo, não significará mudança de rumos. "A política econômica vai continuar austera e rígida, rigorosa, sobretudo nos gastos públicos", reiterou.

Este segundo semestre, para a política fiscal, será mais flexível. O Decreto nº 587, publicado no Diário Oficial da União de ontem,

deixa isso evidente, ao estabelecer os tetos de gastos para os próximos seis meses. Enquanto no semestre que passou o orçamento da União liberou verbas equivalentes a Cr\$ 43 trilhões, para este semestre em curso poderão ser gastos Cr\$ 83,2 trilhões (em valores nominais).

(O titular da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Ângelo Calmon de Sá, anunciou ontem a liberação, a partir de hoje, de Cr\$ 277,9 bilhões do Finor para financiar 123 projetos da área da Sudene, como parte de um total de Cr\$ 4,3 trilhões a serem gastos na região até o final do ano — ver página 3.)

Descontando a inflação, isso não representa folga alguma. Mas, naturalmente, são cerca de US\$ 10 bilhões a mais de recursos que o Estado liberará na economia, o que pode resultar num fôlego importante para o nível de atividade.

Isso, conjugado com o fim das liberações de cruzados novos, em agosto próximo — que jogavam no mercado cerca de US\$ 1,5 bilhão por mês —, demandando uma política monetária mais ativa para enxugar a liquidez, pode redundar num alívio razoável para a área econômica.

Os técnicos do Ministério da Economia reforçam, contudo, que esses fatos, por si só, não derrubarão a inflação. Ao lado de uma solução definitiva da crise política — que por mais que se tente evitar, acaba transformando-se em preços —, é crucial a aprovação de uma reforma fiscal para 1993. Apesar de praticamente dobrarem, em valores nominais, as verbas para este semestre em cur-

so, o orçamento ainda é bastante comprimido. Representou, na verdade, uma perda real de 24% para os ministérios, sobre o programado em março passado (a inflação embutida era bem menor da que a que está sendo realizada).

Há, no entanto, margens para atender melhor às demandas políticas. A intenção, no Ministério da Economia, é, agora, coletar todos os pedidos que vêm dos deputados, senadores e governadores e, se eles não ferirem os princípios básicos do programa econômico do governo, concretizá-los. Uma tarefa que está sendo desempenhada pela secretaria executiva do Ministério da Economia, a partir de uma constatação até singela: já existem áreas de conflito suficientes vindas da Comissão Parlamentar

(Continua na página 3)

Economistas reunidos ontem em São Paulo mostraram-se pessimistas com as possibilidades de controle dos gastos públicos diante da necessidade de contornar a crise política. "O lado sadio do Executivo será cada vez mais pressionado pelo seu lado fisiológico", disse Gustav Franco, da PUC do Rio.

O Conselho Superior de Economia da FIESP propôs ontem a criação de "impostos-ponte" a serem arrecadados pelo governo federal até que a reforma fiscal seja aprovada no Congresso. Ressalta, porém, que a receita só crescerá quando a economia aquecer-se, o que dependeria de taxas de juro menores.

(Ver página 3)